



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

F **281/2019** -

Senhora Presidente,

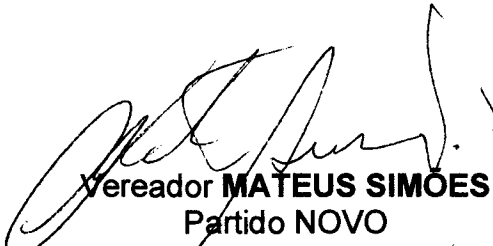
Requeiro a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, em atendimento ao Requerimento de Comissão 86/2019, pedido de informação para esclarecer o seguinte questionamento:

1. Considerando o Parágrafo Único do art. 22 da Lei 11.065, o qual estabelece que:

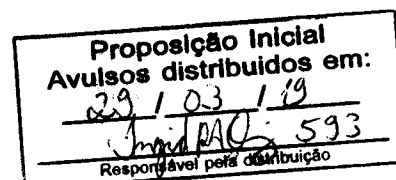
"A contratualização de resultados a que se refere o caput será obrigatória para as metas inseridas no âmbito do PPAG a todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município, podendo haver a inclusão de metas intermediárias necessárias ao acompanhamento da consecução dos objetivos dos programas e de metas subsidiárias, que não integram o PPAG, mas contribuem para o alcance do seu objetivo principal."

Questiona-se: Quais são os principais resultados contratualizados pertinentes aos Projetos Estratégicos apresentados no PPAG 2018-2021?

Belo Horizonte, 25 de março de 2018.


Vereador **MATEUS SIMÕES**
Partido NOVO

À Senhora
Vereadora Marilda Portela
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI Nº 583/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Orçamento e Finanças o Projeto de Lei Nº 583/2018 de autoria do Vereador Léo Burguês de Castro, que "Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências".

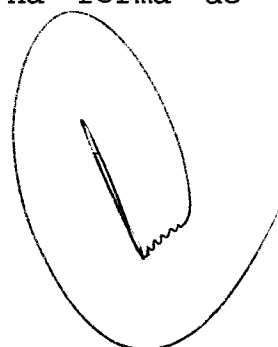
Consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno, sobre:

- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto tem como objetivo autorizar a desafetação da área verde de 11.130m² (onze mil e cento e trinta metros quadrados), localizado ao lado da faixa de domínio do RF FSA e da Rodovia Stael Mary Bicalho Magalhães de código 026557 do CP 216012M do Bairro Belvedere.

O projeto autoriza a alienação da área, na forma de venda ou permuta.



Na questão orçamentária, o projeto está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por não conter renúncia de receita ou geração de despesas, uma vez que o projeto prevê a venda ou a permuta da área.


No tocante à compatibilidade do presente projeto de lei com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e plano diretor não há impedimentos no projeto.

Diante do exposto, não vislumbro óbices à aprovação do projeto de Lei na Comissão de Orçamento e Finanças.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei N° 583/2018.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.



PEDRÃO DO DEPÓSITO
LÍDER PPS



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI N° 587/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Orçamento e Finanças o Projeto de Lei N° 587/2018 de autoria do Vereador Léo Burguês de Castro, que "Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências".

Consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno, sobre:

- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto tem como objetivo autorizar a desafetação da área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados) passando a constituir patrimônio dominial do município, no trecho não implantado da Rua 3652, código 311383, localizado entre o lote 18 do quarteirão 01 e o quarteirão 07 do CP.181-002-H do bairro Conjunto Habitacional Jaraguá.



O projeto autoriza a alienação da área, na forma de venda ou permuta.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 15, 16 e 17, onde se trata de renúncia de receita ou geração de despesas, citados abaixo:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Como mostrado acima, pode se observar que o projeto não está em discordância com a Lei de Responsabilidade Fiscal por não gerar despesas ou obrigações de natureza tributária ao município de Belo Horizonte. Ao contrário, ele poderá proporcionar um ganho para os cofres públicos, com a venda ou permuta da área mencionada.


No tocante à compatibilidade do presente projeto de lei com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e plano diretor não há impedimentos no projeto.

Diante do exposto, não vislumbro óbices à aprovação do projeto de Lei na Comissão de Orçamento e Finanças.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei N° 587/2018.

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.



PEDRÃO DO DEPÓSITO
LÍDER PPS



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 620/2018
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 620/2018 de autoria do nobre Vereador Irlan Melo, que "***Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com clínicas médicas, visando a implantação do Programa Meia-Consulta junto aos pacientes hipossuficientes do município e dá outras providências.***".

O referido projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça**, de **Saúde e Saneamento**, de **Administração Pública** e a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 9 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** recebeu o parecer pela legalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme se verifica às fls. 11-12.

Na **Comissão de Saúde e Saneamento** recebeu o parecer pela **rejeição**, conforme fls. 27-28.

Na **Comissão de Administração Pública** recebeu o parecer pela **rejeição**, nos termos das fls. 30-31.

Seguindo o trâmite legislativo, coube a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno, avaliar os aspectos da *repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual* do Município de Belo Horizonte.

CHBH_DIRLEG-27/mar/19-15:59:47-000822-1



Passo a emitir o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 620/2018 objeto deste parecer, pretende “autorizar” o Executivo a celebrar convênio com clínicas particulares a fim de que as mesmas concedam desconto de até 80% no pagamento das consultas médicas realizadas em pacientes hipossuficientes.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Muitos municípios brasileiros já trabalham com o sistema de meia-consulta. Várias clínicas trabalham com o desconto no valor das consultas para pacientes hipossuficientes, todavia, preferem realizar parceria com o Município, pois não tem condições de oferecer o desconto a todos os pacientes e o Município pode realizar de forma mais eficiente à triagem dos pacientes que realmente não tem condições de arcar com o valor total da consulta, mas que também não quer esperar pela consulta na rede pública.

Muitos pacientes preferem pagar meia-consulta a esperar o atendimento que demora em média 15 a 30 dias na rede pública devido a grande demanda, principalmente em determinadas especialidades.

Essa parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público é de grande importância para todos, pois ajuda a desafogar o número



de consulta na rede pública, fomenta a demanda nas clínicas particulares que ainda poderão usufruir de benefícios fiscais e ao mesmo tempo a iniciativa contribuiu para um atendimento mais rápido do paciente, devido a menor espera de atendimento na rede privada.”

Entretanto, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito do presente PL por tratar-se de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, vamos nos ater a análise dos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

1.1) Da Repercussão Financeira; (art. 52, III, b)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gere custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

No artigo 14 da LRF, condiciona a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita à apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, que atenda ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; ou que esteja acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Temos no art. 5º do Projeto de Lei 620/2018 a seguinte disposição:



Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua publicação, principalmente quanto à concessão, desde já autorizado, quanto a descontos e até isenção no pagamento de tributos municipais junto às clínicas que aderirem ao programa.

Verifica-se que tal determinação implicará em renúncia de receita. Assim, deveria ter sido atendido pelo Projeto, os requisitos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal conforme citado anteriormente.

Assim, apesar de nobres e justas as aspirações do Projeto, o mesmo deve se sujeitar as normas financeiras/tributárias que balizam a produção legislativa.

Desta forma, tendo em vista as instruções da legislação tributária consoantes à administração pública e ao conteúdo do Projeto, temos que o PL 620/2018 **contraria os requisitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e traz repercussão financeira às finanças do Município.**

**1.2) Da compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
(art. 52, III, c)**

No que tange ao **Plano Diretor**, temos que atualmente o mesmo é regulado pela Lei Municipal nº 7.165/1996. Em seu art. 1º temos sua definição:

Art. 1º - O Plano Diretor do Município de Belo Horizonte é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano - sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentado do Município, tendo em vista as



aspirações da coletividade - e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada.

Verifica-se, na Seção III que trata das diretrizes sociais, mas precisamente na Subseção I que trata da Política de Saúde, os seguintes dispositivos:

Art. 35 – São diretrizes da política de saúde:

I – assegurar a implantação dos pressupostos do Sistema Único de Saúde, mediante o estabelecimento de condições urbanísticas que propiciem a descentralização, a hierarquização e a regionalização dos serviços que o compõem;

II – organizar a oferta pública de serviços de saúde e estendê-la a todo o Município;

III – garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o acesso da população a eles;

IV – promover a distribuição espacial de recursos, serviços e ações, conforme critérios de contingente populacional, demanda, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde em centros de saúde, policlínicas, hospitais gerais, pronto-socorros e hospitais especializados;

V – garantir, por meio do sistema de transporte urbano, condições de acessibilidade às áreas onde estejam localizados os equipamentos de saúde;

VI – promover o desenvolvimento de centros detentores de tecnologia de ponta, de forma a atender a demanda de serviços especializados;



VII – garantir boas condições de saúde para a população, por meio de ações preventivas que visem à melhoria das condições ambientais, como o controle dos recursos hídricos, da qualidade da água consumida, da poluição atmosférica e da sonora;

VIII – promover política de educação sanitária, conscientizando e estimulando a participação nas ações de saúde.

Tendo por base essas premissas, temos no que se refere à Política de Saúde, que em nenhum momento é tratada pelo Plano Diretor sua prestação pela iniciativa privada, havendo apenas referência à oferta pública dos serviços, de sua organização e promoção.

Nesses termos, *consideramos o **Projeto de Lei 620/2018 incompatível com o Plano Diretor.***

O **Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG**, é um instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da esfera pública, que explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, **definindo quantitativamente recursos necessários para sua implementação.**

Cada dotação orçamentária presente no PPAG tem como destinatário um programa, um conjunto de ações específicas, sendo que o valor definido em cada dotação vislumbra os custos necessários para sua implementação.

Não se verifica no atual PPAG (2018/2021), a existência de dotação específica ao que se refere à ação prevista no Projeto 620/2018.

Nestes termos, *consideramos o **Projeto de Lei 620/2018 incompatível com o Plano Plurianual de Ação Governamental.***



A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO**, estabelece quais serão as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que se pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; além de estabelecer orientações para elaboração do orçamento anual. Daí a necessidade dos Projetos de Lei em trâmite nessa casa estarem em consonância com a LDO.

Temos que atualmente a LDO é disciplinada pela Lei 11.130/2018 e dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do ano de 2019. Assim, cumpre analisarmos a referida Lei para verificar a compatibilidade do PL 620/2018 com a mesma.

Não se verifica na atual LDO, a presença de quaisquer referências ao objeto do Projeto de Lei 620/2018, não sendo o mesmo contemplado como prioridade ou meta da administração pública municipal.

Temos que no âmbito da administração pública, o Executivo só pode praticar atos que estejam previstos em lei.

Nestes termos, concluímos que o PL 620/2018 **é incompatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**.

A **Lei Orçamentária Anual - LOA**, define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

A atual LOA/2019 é disciplinada pela Lei 11.145/18.



Temos que a LOA deve ser elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância com as mesmas.

Temos que não consta no atual PPAG/2018-2021, dotação orçamentária específica referente ao objeto do Projeto de Lei 620/2018.

Nestes termos, o PL 620/2018 apresenta-se *incompatível* com o *orçamento anual*.

2) CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela *rejeição* do *Projeto de Lei nº 620/2018*.

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.


Vereador Jorge Santos

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 666/2018

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de parecer que analisa o Projeto de Lei de nº 666/2018 de autoria do Ilmo. Vereador Jorge Santos. O referido projeto dispõe sobre a regularização de fechamento de varanda construída irregularmente em edificação vertical.

Legislação correlata à matéria fl. 3-4.

Parecer da Comissão de Legislação e Justiça pugnando pela Constitucionalidade, Legalidade, Juridicidade e Regimentalidade, fls. 8-9.

Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana pugnando pela aprovação do projeto fls. 12-13.

Despacho nomeando este relator nos termos do regimento, fl. 14.

Em apertada síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, o projeto de lei sob análise dispõe sobre a regularização de fechamento de varanda construída irregularmente em edificação vertical. Em síntese, o que pretende o Ilmo. Vereador Jorge Santos é que os munícipes sejam isentados de recolher taxas para regularização de “varandas fechadas” em edificações verticais.

Na justificativa acostada pelo autor é informado que *“a proposta em tela se traduz como um aprimoramento da legislação no sentido de adaptar a regra vigente à realidade e às novas tecnologias, dando segurança jurídica aos munícipes belorizontinos que já implementaram o envidraçamento de suas varandas por meio das chamadas cortinas de vidro”*.

Pois bem.

A *priori* entendo como pertinente o projeto, pois a cobrança para o “fechamento de varandas” é algo que é questionado por diversos munícipes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


Contudo, é necessário que toda ação seja planejada e tenha o respaldo fiscal pertinente, para que não haja prejuízo ao erário e outras atividades públicas, por subsequente.

Isto posto, entendo como necessária a participação do Poder Executivo neste procedimento legislativo, para que opine a respeito da viabilidade técnica do projeto de lei em análise, informando o quanto é arrecadado com as regularizações feitas nos ditames do artigo 21 da Lei Municipal 9.704/05, informando ainda o impacto financeiro com a aprovação do projeto de lei.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, proponho seja requerida a prestação por escrito das informações necessárias, ao Poder Executivo, especialmente à Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão.

Belo Horizonte, 19 de Março de 2019.


~~Vereador Gláudio Duarte~~

Relator

PSL



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM 2º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 699/2019

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 699/2019, que “Institui o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e o Fundo Municipal do Trabalho e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, enviado a esta Casa por meio da Mensagem nº 02, de 11/02/2019, após ser aprovado em 1º turno e tendo recebido cinco emendas, de autoria dos vereadores Gilson Reis, Arnaldo Godoy, Cida Falabella e Bela Gonçalves, é submetido à consideração desta Comissão, para análise e emissão de parecer.

Cabe registrar que, por rejeição do art. 14 do projeto, destacado em votação no 1º turno, ficaram prejudicadas as emendas de nºs 1 e 4.

A Comissão de Legislação e Justiça, em 2º turno, inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade das emendas 2, 3 e 5.

Na análise de mérito, a Comissão de Administração Pública concluiu pela rejeição da emenda de nº 2 e pela aprovação das emendas nºs 3 e 5.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor concluiu pela aprovação das emendas de nºs 2, 3 e 5.

DBH-DILEG-02/ahr/19-17-05-01-000927-1



Designada relatora pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, emito este parecer em observância ao disposto no Regimento Interno, em seu art. 52, III, alíneas “b”, “c”, “d” e “g”.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme destacado pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, é de extrema importância a padronização do Sistema Nacional de Emprego – SINE, aprimorado e consolidado pela Lei Federal nº 13.667 de 2018, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975”, estabelecendo as atribuições de cada ente federativo, além de ampliar o alcance da política nacional para garantia de trabalho, emprego e renda.

No dia 11 de abril do corrente, a Câmara Municipal realizou, pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, audiência pública para discussão deste projeto. A referida audiência contou com a participação de representantes da Administração Municipal, lideranças sindicais e de movimentos e entidades organizadas. Houve consenso quanto à necessidade de composição do Conselho Municipal proposto pelo projeto de lei, de forma tripartite e que a Política Municipal de Trabalho, Emprego e Renda deve ser construída de forma participativa.

Passo à análise das emendas:

A Emenda de nº 2 propõe a supressão do parágrafo único do art. 4º que define, em caráter transitório, os atuais membros da Comissão Municipal de Emprego, que “farão a composição” do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda para elaboração do seu regimento interno.



Retomando a discussão trazida a esta Casa, na audiência pública mencionada, destaco defesa feita pelo Secretário Municipal Bruno Miranda, pela necessária permanência deste dispositivo para garantir a transição entre o prazo concedido pela Lei Federal nº 13.667 e a constituição da nova estrutura no Município. O art. 22 da lei referenciada estabelece aos entes públicos que tenham Convênio Plurianual do Sine (CP-Sine) e Convênio Plurianual de Qualificação Social e Profissional (CP-QSP) vigentes à data de publicação daquela lei, que se adaptem à nova organização do Sine e constituam seus respectivos fundos do trabalho, no prazo de 12 meses.

Considerada a data de vigência da lei federal, o Município tem até o dia 16 de maio de 2019 para cumprir o prazo estabelecido. Assim, sob pena de inegável prejuízo, não só na execução da política pública em questão, mas, no recebimento de recursos próprios ao fundo do trabalho, emprego e renda, a regra transitória trazida pelo dispositivo que a emenda pretende suprimir se faz mais que necessária. Nesse sentido, encaminho pela rejeição da emenda.

A Emenda de nº 3 mantém a composição tripartite do Conselho Municipal, com 15 (quinze) membros, sendo 5 (cinco) representantes do poder público, 5 (cinco) representantes dos empregadores e 5 (cinco) representantes dos trabalhadores, acrescentando ao último grupo, dois representantes da “sociedade civil organizada”.

A emenda ao explicitar quem serão os representantes de cada segmento em substituição à proposição inicial mantém o total de membros proposto para a composição do conselho. Logo, não produz acréscimos orçamentários na previsão inicial feita para a implantação do novo conselho municipal. Portanto, encaminho pela aprovação da emenda.

Já a emenda de nº 5, de natureza aditiva, propõe inserir no texto do projeto dispositivos que consolidam a Conferência Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, como instância máxima de deliberação da definição de diretrizes da política municipal.

Não obstante a relevância da emenda, por trazer a garantia do princípio da participação popular disposto na Constituição Federal e na nova governança pública, fundamentais para o êxito das políticas públicas, a proposta fixa periodicidade de ocorrência da conferência em questão, a realização de pré-conferências, competências, dentre outros detalhes.



Por óbvio todas essas ações demandam um dispêndio preparatório que não foi dimensionado pelos autores da emenda e que, por si só compromete sua aprovação por esta Comissão, por incompatibilidade com o Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária vigente, devendo ser feita a devida adequação pelo Poder Público, quando da preparação para a realização da conferência em questão.

Entretanto, por considerar a importância da previsão da realização da conferência proposta pela emenda, concluo pela aprovação, com apresentação de subemenda para sanar os vícios orçamentários destacados.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesto-me pela **rejeição da emenda nº 2 e aprovação das emendas nº 3 e 5** apresentadas ao Projeto de Lei nº 699/2019, com apresentação de subemenda à emenda nº 5.

Belo Horizonte, 02 de Abril de 2019.


MARILDA PORTELA
VEREADORA PRB



SUBEMENDA SUBSTITUTIVO

Nº ____ À EMENDA Nº 5

(Apresentada ao Projeto de Lei nº 699/2019)

Art. 1º - O art. 3º do Projeto de Lei nº 699 fica acrescido do seguinte inciso:

“(…)

VII – Organizar a Conferência Municipal de Emprego, Trabalho e Renda, aprovando o seu Regimento e garantindo a atividade enquanto fórum democrático com participação da sociedade civil organizada.”


MARILDA PORTELA
VEREADORA PRB